

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA – 21ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2026, às 19:00 horas, em nome de DEUS, foi declarada aberta a sessão, com número regimental, presentes os Edís Juliano Alberto de Araújo, Elza de Souza Melo Silva, Giovanni Campos Coelho, José Maria Moreira de Carvalho, Gefesson Rodrigo da Silva, Wilian Tanure Anastácio da Silva, Beliny Magalhães Leão, ausentes Marcos Evangelista Filho e Carlos Augusto Coelho Neto. Foi proferida a oração universal do pai nosso. O vereador Giovanni agradeceu a presença da Polícia Militar. Dando início a reunião, conforme consta o **1º item da pauta**, foi distribuído o **Projeto de Lei n. 017/2026**, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências.”. **2º item da pauta**, foi distribuído o **Projeto de Lei n. 018/2026**, de autoria do Poder Executivo, que “Faz a desafetação de bem público, e autoriza o Município de Virginópolis/MG doar bem imóvel público à entidade Associação Raízes de Boa Vista, e dá outras providências.”. Em seguida, conforme **3º item da pauta**, foi apresentada denúncia em face do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Juliano A. Araújo, com fundamento na alegada inobservância do rito legal estabelecido no Decreto-Lei nº 201/1967. Neste momento, considerando tratar-se de matéria que envolvia o Presidente, a condução dos trabalhos foi transmitida à Vice-Presidente, Vereadora Elza de Souza Melo Silva, para que presidisse a sessão durante a apreciação da matéria. Após a leitura da denúncia, o seu recebimento foi submetido à deliberação do Plenário, nos termos do art. 5º, inciso II, do referido diploma legal. Manifestaram-se pelo arquivamento os Vereadores Elza de Souza Melo Silva, Giovanni Campos Coelho, José Maria Moreira de Carvalho, Gefesson Rodrigo da Silva, Wilian Tanure Anastácio da Silva, Beliny Magalhães Leão. Ao final, a denúncia foi arquivada por 08 (oito) votos. **4º item da pauta** foi colocado em discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica n. 001/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a alteração do inciso III do art. 34 da Lei Orgânica do Município de Virginópolis/MG.”. Foi apresentada Emenda Aditiva, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação, Finanças, Fiscalização e Redação, propondo o acréscimo da alínea ‘a’ ao inciso III do art. 34 da Lei Orgânica do Município de Virginópolis, nos seguintes termos: “a) As ausências em reuniões ordinárias deverão ser previamente justificadas, sendo que, em caso fortuito ou de força maior, a justificativa deverá ser apresentada no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após a realização da reunião.”. Submetida à deliberação do Plenário, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2026 e a referida emenda, foram aprovadas em primeiro turno por maioria qualificada dos vereadores, nos termos legais e regimentais vigentes, ficando o segundo turno condicionado ao interstício mínimo de 10 (dez) dias úteis, conforme dispõe o art. 166, § 3º, do Regimento Interno. **5º item da pauta**, passou-se à apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 005/2026, que “Institui no âmbito do município de Virginópolis o Programa Municipal de acompanhamento assistido ao paciente hospitalizado em situação de vulnerabilidade e dá outras providências”. Encerrada a fase de debates, o veto total foi submetido à votação por escrutínio secreto, nos termos do art. 186, § 5º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Procedida a apuração, registraram-se 05 votos favoráveis à manutenção do veto, 02 votos pela sua rejeição, restando, ao final, manutenção do veto. Em seguida, conforme **6º item da pauta**, foi colocado em discussão o **Projeto de Lei n. 016/2026**, de autoria do vereador Wilian Tanure Anastácio da Silva, que “Dispõe sobre a apresentação semestral de relatório de gestão e plano de ações pelos secretários municipais e dá outras providências.”. Após parecer favorável emitido pela comissão, o Projeto foi colocado em votação, tendo sido aprovado por maioria absoluta dos vereadores, em dois turnos, nos termos legais e regimentais vigentes. Antes de dar continuidade ao próximo item, o Vereador Giovanni solicitou o uso da palavra, o que lhe foi concedido pela Presidência. Em sua manifestação discorreu acerca do processo de cassação de seu mandato, relatando os desdobramentos do referido caso. Informou, ainda, sobre o resultado do julgamento em segunda instância, o qual

Ihe foi favorável. **7º item da pauta**, foram apresentadas as indicações: **Indicação n. 049/2026**, do vereador Giovanni Campos Coelho, solicitando ao Poder Executivo a implantação de um sistema de monitoramento por câmeras de segurança (Programa “Olho Vivo”) em pontos estratégicos do município, priorizando as entradas da cidade, na região central, bem como no Povoado de Bom Jesus da Boa Vista. **Indicação n. 050/2026**, do vereador José Maria Moreira de Carvalho, solicitando ao Poder Executivo a construção de fossa séptica, bem como instalação de iluminação pública no Córrego dos Monjolos, neste município. **Indicação n. 52/2026**, dos vereadores Wilian Tanure, Gefesson Rodrigo e José Maria, solicitando ao Poder Executivo a aquisição de bicicletas elétricas para os agentes de saúde. **Indicação n. 053/2026**, do vereador Giovanni Campos Coelho, solicitando ao Poder Executivo a execução de rede de esgoto, drenagem pluvial e reforma do calçamento da rua Francisco Rabelo Campos. Todas as indicações foram aprovadas em Plenário. **Requerimentos:** 01 – Requerimento do Vereador Juliano Araújo, para que o Executivo Municipal adequue a legislação municipal para atendimento aos formadores em tempo integral do Município. Por fim, **8º item da pauta**, momento livre. Vereador Rodrigo agradeceu a presença de todos. Vereador José Maria, fez uso da palavra para solicitar que seja feita sinalização horizontal em frente as escolas, ressaltou que as ambulâncias são para transportar doentes, e que o Município utilize dos automóveis para transporte de pacientes. Vereadora Elza, parabenizou o vereador José Maria, parabenizou o Deputado Zé Laviola por destinado veículo e aparelhos de fisioterapia para o Município. Vereador Giovanni, fez uso da palavra para esclarecer que não há motivos para ter pedido a exoneração do Sec. Zé Antônio. Vereador Tanure, também esclareceu que não motivos para pedir a exoneração do Sec. Zé Antônio, ressaltou o retorno das obras do campo e da quadra de Boa Vista. Vereador Beliny fez uso da palavra para agradecer a todos os presentes e por oportuno agradecer aos ex Secretários José Antônio e Fernando pelos serviços prestados. Vereador Juliano, fez uso da palavra, para solicitar ao executivo que elabore projeto de lei de aumento de salário das Conselheiras Tutelares, por fim, mostrou insatisfação com falas do Prefeito Municipal. Nada mais havendo a constar, o Presidente declarou em nome de Deus encerrada a reunião, devendo esta ata, após lida, acaso aprovada será assinada. Lavrou presente ata a Assessora Jurídica Parlamentar ad’hoc Juliana Camocardi, e segue assinada por todos os vereadores presentes.



Juliano A. de Araújo

Presidente da Câmara Municipal de Virginópolis



Wilian Tanure Anastácio da Silva



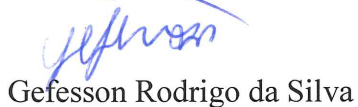
Elza de Souza Melo Silva



Giovanni Campos Coelho



José Maria Moreira de Carvalho



Gefesson Rodrigo da Silva



Beliny Magalhães Leão